

## **CONCURSO PÚBLICO**

Com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia

## **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E FORNECIMENTO DE CONSUMÍVEIS DE HIGIENE**

### **CADERNO DE ENCARGOS**

(Processo n.º R/060/2025)



## ÍNDICE

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS .....	3
Cláusula 1. <sup>a</sup> – OBJETO .....	3
Cláusula 2. <sup>a</sup> – PARTES CONTRATANTES .....	3
Cláusula 3. <sup>a</sup> – PREVALÊNCIA.....	3
Cláusula 4. <sup>a</sup> – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO .....	4
Cláusula 5. <sup>a</sup> – LOCAL DA EXECUÇÃO DO CONTRATO .....	4
Cláusula 6. <sup>a</sup> – PODER DE CONFORMAÇÃO DA PRESTAÇÃO PELA AGÊNCIA, I.P.....	4
Cláusula 7. <sup>a</sup> – OBRIGAÇÕES DA AGÊNCIA, I.P.....	5
Cláusula 8. <sup>a</sup> – OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE .....	5
Cláusula 9. <sup>a</sup> – TRABALHADORES AFETOS AO SERVIÇO .....	7
Cláusula 10. <sup>a</sup> – NÚMERO E PERFIL DOS COLABORADORES DO COCONTRATANTE .....	8
Cláusula 11. <sup>a</sup> – SUBSTITUIÇÃO DOS COLABORADORES QUE INTEGRAM A PROPOSTA ADJUDICADA .....	9
Cláusula 12. <sup>a</sup> – DEVER DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE .....	9
Cláusula 13. <sup>a</sup> – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS .....	11
Cláusula 14. <sup>a</sup> – CONFLITO DE INTERESSES E RESPONSABILIDADE.....	13
Cláusula 15. <sup>a</sup> – PREÇO BASE E PREÇO CONTRATUAL .....	13
Cláusula 16. <sup>a</sup> – REVISÃO OU ATUALIZAÇÃO DO PREÇO .....	14
Cláusula 16 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO .....	14
Cláusula 17. <sup>a</sup> – ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO .....	15
Cláusula 18. <sup>a</sup> – CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO .....	16
Cláusula 19. <sup>a</sup> – PENALIDADES.....	16
Cláusula 20. <sup>a</sup> – FORÇA MAIOR .....	18
Cláusula 21. <sup>a</sup> – RESOLUÇÃO POR PARTE DA AGÊNCIA, I.P. ....	19
Cláusula 22. <sup>a</sup> – RESOLUÇÃO POR PARTE DO COCONTRATANTE .....	20
Cláusula 23. <sup>a</sup> - MODIFICAÇÕES OBJETIVAS DO CONTRATO .....	20
Cláusula 24. <sup>a</sup> – DEVERES DE INFORMAÇÃO .....	20
Cláusula 25. <sup>a</sup> – COMUNICAÇÕES.....	21
Cláusula 26. <sup>a</sup> – CAUÇÃO .....	21
Cláusula 27. <sup>a</sup> – REGRA DE INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE .....	21
Cláusula 28. <sup>a</sup> – DESEMPENHO AMBIENTAL.....	22
Cláusula 29. <sup>a</sup> – DESPESAS E ENCARGOS .....	22
Cláusula 30. <sup>a</sup> – FORO COMPETENTE .....	23
Cláusula 31. <sup>a</sup> – DIREITO APLICÁVEL .....	23
Cláusula 32. <sup>o</sup> - CONTAGEM DOS PRAZOS .....	23
PARTE II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS .....	24



## **PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS**

### **Cláusula 1.ª – OBJETO**

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, desenvolvido ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, em conjugação com o disposto no artigo 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, que tem por objeto principal a aquisição de serviços de limpeza e fornecimento de consumíveis de higiene, de acordo com as especificações técnicas constantes da Parte II do Caderno de encargos, a que corresponde o registo interno n.º R/060/2025.

### **Cláusula 2.ª – PARTES CONTRATANTES**

1. As partes contratantes são:
  - a) A Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., enquanto entidade adjudicante/ contraente público;
  - b) O adjudicatário, enquanto cocontratante.
2. Os contraentes far-se-ão representar na assinatura do contrato pelos seus representantes legais ou pessoas mandatadas para o efeito.

### **Cláusula 3.ª – PREVALÊNCIA**

1. O presente caderno de encargos contempla as cláusulas a incluir no contrato que se pretende celebrar.
2. O contrato integra, ainda, os seguintes elementos:
  - a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal;
  - b) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP;
  - c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - d) O presente caderno de encargos e os seus anexos;
  - e) A proposta adjudicada;
  - f) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo cocontratante.



3. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas b) a f) do n.º 2, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os elementos referidos nas alíneas b) a f) do n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

#### **Cláusula 4.ª – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

1. O prazo de vigência do contrato a celebrar inicia-se previsivelmente no dia 1 de setembro de 2025 ou no dia a seguir à data da assinatura do contrato, caso esta ocorra em momento posterior, e vigora até ao máximo de 31 de dezembro de 2027.
2. Sem prejuízo do número anterior, a Agência, I.P. poderá denunciar o contrato, por qualquer meio escrito, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.
3. No caso previsto no número anterior não haverá lugar a qualquer pagamento ou compensação ao cocontratante.
4. O prazo de vigência do contrato não prejudica o dever de cumprimento das obrigações acessórias que perdurem após a sua cessação.

#### **Cláusula 5.ª – LOCAL DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

1. Os serviços que constituem o objeto do contrato a celebrar devem ser prestados nas instalações da sede da Agência, I.P., sita na Avenida 5 de Outubro, n.º 153, em Lisboa.
2. Os consumíveis a fornecer no âmbito do contrato a celebrar são entregues na sede da Agência, I.P.
3. A Agência, I.P. facilitará ao Cocontratante, sempre que possível, instalações para apoio ao desenvolvimento dos serviços de limpeza, devendo o Cocontratante zelar pelo bom estado de conservação e manutenção das mesmas.
4. O Cocontratante é responsável pelas medidas necessárias à guarda e segurança dos seus bens.
5. O Cocontratante não pode utilizar as instalações da Agência, I.P. para fim diverso daquele que constitui o objeto do contrato.

#### **Cláusula 6.ª – PODER DE CONFORMAÇÃO DA PRESTAÇÃO PELA AGÊNCIA, I.P.**

1. Sem prejuízo da autonomia do Cocontratante, dentro dos limites e termos do Caderno de Encargos, e da Proposta adjudicada, o Cocontratante aceita expressamente os poderes da Agência, I.P., nos termos dos artigos 302.º e seguintes do CCP e demais legislação em vigor, de



definição e conformação dos serviços a prestar e dos consumíveis a fornecer, com vista a atingir os objetivos globais da presente aquisição.

2. O poder de conformação a que se refere o número anterior não prejudica nem diminui os deveres do Cocontratante de afetação dos recursos e desenvolvimento dos serviços encetando todos os esforços para atingir os objetivos do Contrato.

#### **Cláusula 7.<sup>a</sup> – OBRIGAÇÕES DA AGÊNCIA, I.P.**

Constituem obrigações da Agência, I.P.:

- a) Facilitar o acesso às instalações da Agência, I.P. e promover a comunicabilidade necessária à boa prossecução do serviço;
- b) Participar em reuniões de preparação ou acompanhamento;
- c) Fornecer gratuitamente energia elétrica para o funcionamento das máquinas e equipamentos a utilizar;
- d) Fornecer água necessária à execução da prestação de serviços de limpeza;
- e) Facilitar, sempre que possível, instalações para apoio ao desenvolvimento dos serviços de limpeza, devendo o Cocontratante zelar pelo bom estado de conservação e manutenção das mesmas;
- f) Prestar os necessários esclarecimentos ao cocontratante;
- g) Efetuar a monitorização do serviço prestado e dos consumíveis fornecidos;
- h) Informar o Cocontratante sempre que tenha conhecimento prévio de algum evento que possa causar impacto relevante no serviço a prestar e consumíveis a fornecer;
- i) Proceder à devolução atempada das faturas apresentadas pelo Cocontratante, sempre que as mesmas não estejam em condições de ser validadas, e proceder ao pagamento das faturas validadas no prazo previsto no presente Caderno de encargos.

#### **Cláusula 8.<sup>a</sup> – OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE**

1. Nos termos do contrato a celebrar, o Cocontratante obriga-se, durante o período da sua execução, à realização de todas as operações necessárias ao integral, adequado e pontual cumprimento do objeto do contrato, considerando as finalidades a que o mesmo se destina.
2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável ou nas cláusulas contratuais, da celebração do Contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:
  - a) Prestar os serviços e fornecer os consumíveis nos termos por si propostos e em cumprimento integral, adequado e atempado de acordo com o previsto no presente caderno de encargos;
  - b) Participar nas reuniões de preparação, de acompanhamento ou esclarecimento convocadas



- para o efeito pela Agência, I.P., com a presença obrigatória do gestor de projeto afeto ao contrato a celebrar;
- c) Não alterar as condições de prestação dos serviços e fornecimento de consumíveis fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
  - d) Cumprir as normas relativas à transmissão de estabelecimento e manutenção de todos os direitos contratuais e adquiridos pelos trabalhadores, nomeadamente retribuição, antiguidade, categoria profissional, conteúdo funcional e benefícios sociais adquiridos, conforme consta do artigo 285º do Código de Trabalho;
  - e) O cumprimento de todas as obrigações relativas à proteção e às condições de trabalho do pessoal a afetar à execução do contrato, devendo nomeadamente observar as prescrições legais sobre sanidade, salários mínimos, horários de trabalho, segurança e responsabilidade por acidentes de trabalho, nos termos da legislação aplicável, sendo o único responsável por quaisquer determinações ou sanções que lhe sejam impostas por entidades oficiais;
  - f) Comunicar, de imediato, à Agência, I.P. quaisquer factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação do objeto contratual, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
  - g) Desenvolver todas as diligências necessárias junto da Agência, I.P., de forma a garantir a correta e adequada implementação dos serviços e consumíveis contratados;
  - h) Prestar de forma correta e fidedigna todas as informações referentes às condições em que é efetuada a prestação dos serviços e fornecimentos dos consumíveis, bem como prestar todos os esclarecimentos que se revelem necessários ou sejam solicitados pela Agência, I.P.;
  - i) Comunicar à Agência, I.P. qualquer alteração da denominação social, dos representantes legais, dos estatutos, dos gerentes, ou outras com relevância para a execução contratual, designadamente, mas não de modo exclusivo, a apresentação à insolvência;
  - j) Cumprir toda a legislação em vigor, designadamente o disposto Lei n.º 24/96, de 31 de julho, que estabelece o regime legal aplicável à defesa dos consumidores.
3. O Cocontratante fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço e fornecimento dos consumíveis, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
4. O Cocontratante é ainda responsável por quaisquer danos causados no seu equipamento e material, ou por quaisquer danos ou acidentes sofridos pelo pessoal ao seu serviço, salvo se resultarem de culpa comprovada dos colaboradores da Agência, I.P. no exercício das suas funções.



5. Corre por conta do Cocontratante, que se considera, para o efeito, o responsável, a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos pela Agência, I.P., seus colaboradores e terceiros, em consequência do modo de execução da prestação contratual, da atuação do pessoal do Cocontratante, dos seus fornecedores e do deficiente comportamento ou de falta de segurança dos materiais ou serviços.
6. Sem que isso limite as suas obrigações e responsabilidades, nos termos do estipulado neste caderno de encargos, deve o Cocontratante constituir seguro para todo o período de vigência do contrato, para cobertura de todos os danos e prejuízos causados à Agência, I.P. ou a terceiros, emergentes da prestação dos serviços e fornecimento de consumíveis previstos no contrato a celebrar, e resultantes de causas de qualquer natureza.
7. O pessoal afeto à prestação dos serviços deve estar seguro contra acidentes de trabalho que possam ocorrer durante todo o período de vigência do contrato e até ao termo da execução do mesmo, podendo prolongar-se para além deste período quando as circunstâncias o exijam.
8. É da inteira responsabilidade do Cocontratante, o destino a dar aos resíduos produzidos ou recolhidos no decurso da sua atividade, devendo o mesmo cumprir as normas ambientais aplicáveis.
9. Caso o Cocontratante detete qualquer situação anómala nos locais da prestação de serviços, deve, de imediato, comunicá-la à Agência, I.P, sob pena de ser responsabilizado por todas as consequências derivadas da não comunicação imediata dessas situações.

#### **Cláusula 9.ª – TRABALHADORES AFETOS AO SERVIÇO**

1. Nos termos do artigo 419-A, aplicável por força do artigo 451.º, ambos do CCP, os trabalhadores afetos à prestação do serviço deverão:
  - a) No caso de serviço prestado por um prazo que seja superior a um ano, prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo;
  - b) No caso de serviço prestado por um prazo que seja igual ou inferior a um ano, prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período de tempo não inferior ao prazo da prestação do serviço;
  - c) Não podem ser afetos à prestação de serviço objeto do contrato a celebrar trabalhadores reformados ou aposentados;
2. O disposto na alínea a) não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho;



3. O disposto no n.º 1 não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução da concessão.

#### **Cláusula 10.ª – NÚMERO E PERFIL DOS COLABORADORES DO COCONTRATANTE**

1. A prestação dos serviços deve ser executada por uma equipa, a definir pelo Cocontratante tendo em vista a adequação à melhor execução do contrato, considerando as características descritas na Parte II do Caderno de Encargos.
2. Compete ao Cocontratante alocar os recursos humanos necessários para garantir a prestação dos serviços contratados e assegurar a máxima adequação das competências de cada um deles à realização das ações compreendidas no presente caderno de encargos.
3. O Cocontratante deve desenvolver ações com vista à minimização da rotação dos colaboradores afetos à prestação de serviços, de forma a garantir consistência e qualidade dos trabalhos realizados.
4. No início da execução do contrato, o Cocontratante fornece à Agência, I.P. uma relação, por categorias profissionais, com indicação dos nomes de todos os trabalhadores a afetar à prestação dos serviços.
5. Da listagem referida no número anterior deve, ainda, constar a natureza do vínculo laboral entre os trabalhadores aí referidos e o Cocontratante.
6. A credenciação e o acesso às instalações da Agência, I.P. será realizada com base na listagem referida.
7. O pessoal afeto ao serviço de limpeza fica sujeito ao registo individualizado de entradas e saídas das instalações a cargo do Serviço de Vigilância e Segurança das instalações.
8. Não é permitido que outro pessoal, para além pessoal identificado pelo cocontratante nos termos dos números anteriores, permaneça nas instalações da Agência, I.P., sendo que os seus trabalhadores apenas podem permanecer durante o período de prestação efetiva dos serviços.
9. O Cocontratante obriga-se a disponibilizar as folhas de presença diárias dos trabalhadores ao serviço, em registo informático de fácil consulta.
10. O Cocontratante é responsável pela apresentação, devidamente uniformizados e identificados, dos seus trabalhadores, bem como pelo seu desempenho (ex.: incorreção no trato, desleixo ou negligência na execução do serviço).
11. O Cocontratante é responsável por fornecer e garantir que todos os seus colaboradores disponham dos equipamentos de proteção adequados às necessidades da prestação dos serviços.





12. Os colaboradores do Cocontratante devem ser formados no sentido de cumprir os Regulamentos de Segurança e outros em vigor na Agência, I.P., bem como os princípios de bom relacionamento com os colaboradores da mesma.
13. O Cocontratante deve realizar um mínimo de uma ação de formação e sensibilização dos seus trabalhadores, por ano, sobre boas práticas ambientais.
14. São da exclusiva responsabilidade do Cocontratante todas as disposições legais e regulamentares em vigor, relativamente a todo o seu pessoal afeto à execução da prestação de serviços, designadamente encargos para a Segurança Social e seguro obrigatório de acidentes de trabalho, respondendo plenamente pela sua observância perante a Agência, I.P.
15. O Cocontratante obriga-se ainda a nomear por escrito, no início do contrato, o Supervisor de Higiene e Limpeza do Cocontratante que deve fiscalizar o cumprimento do programa de trabalhos, realizar visitas às instalações da Agência, I.P., e prestar informações sobre o cumprimento dos trabalhos e/ou receber informações/instruções relacionadas com o controlo, melhoria e eficiência dos serviços.

#### **Cláusula 11.ª – SUBSTITUIÇÃO DOS COLABORADORES QUE INTEGRAM A PROPOSTA ADJUDICADA**

1. Desde que forneça antecipadamente os dados mencionados no n.º 4 da Cláusula anterior, o Cocontratante pode substituir qualquer elemento da equipa afeto à prestação dos serviços, nomeadamente em situação de férias, faltas ou licenças bem como em substituições não planeadas.
2. O Cocontratante deve garantir, salvo situações excecionais, que a saída do elemento da equipa substituído só ocorre após o novo colaborador estar em condições de assegurar a continuidade das atividades que o colaborador substituído se encontrava a desenvolver.
3. Nos casos previstos nos números anteriores é da responsabilidade e encargo exclusivos do Cocontratante a prévia transmissão de conhecimento necessária para que o novo colaborador possa dar continuidade às atividades que o colaborador substituído estava a desenvolver.
4. À Agência, I.P. assiste o direito de exigir do Cocontratante a substituição de quaisquer colaboradores deste, caso se verifique que a respetiva prestação não é satisfatória.
5. O Cocontratante deve assegurar a substituição dos colaboradores referidos no número anterior no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a notificação da Agência, I.P., devendo, para esse efeito, cumprir os requisitos indicados no n.º 1 da presente Cláusula.

#### **Cláusula 12.ª – DEVER DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**

1. O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não



técnica, comercial ou outra, relativa à Agência, I.P., de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. Nenhum documento ou dado a que o Cocontratante tenha acesso, direto ou indiretamente, no âmbito do contrato poderá ser reproduzido sem autorização expressa escrita da Agência, I.P.
3. O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
4. O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato.
5. O Cocontratante garantirá o sigilo absoluto quanto a todas as informações de que, no âmbito do contrato, os seus colaboradores, independentemente do título a que prestem serviços, venham a ter conhecimento, relativo a todo o tipo de funções, atividades, processos, documentos, regras e procedimentos internos designadamente, os dados relativos a processos e outro expediente, seja qual for a sua natureza, e toda a informação constante das bases de dados ou ficheiros a que eventualmente tenham que aceder para cumprimento dos serviços a prestar.
6. O dever de sigilo mantém-se em vigor após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
7. O Cocontratante obriga-se a assegurar que os funcionários, agentes ou outras pessoas afetas à execução do objeto contratual assumem um compromisso de confidencialidade e estão sujeitas às mesmas obrigações de sigilo e confidencialidade aplicáveis ao Cocontratante.
8. No âmbito do contrato a celebrar, o cocontratante obriga-se, ainda, a observar os deveres de sigilo e confidencialidade quanto a informação confidencial da Agência, I.P., nomeadamente:
  - a) Proteger a informação confidencial de modo adequado, em termos nunca menos diligentes que aqueles que utiliza para proteger a sua própria informação confidencial;
  - b) Na sua organização interna para a prestação dos serviços, limitar a comunicação da informação confidencial aos seus agentes, funcionários ou colaboradores que a devam conhecer, em razão do seu envolvimento naquela prestação;
  - c) Garantir que os seus agentes, funcionários ou colaboradores guardam absoluto sigilo e confidencialidade em relação à informação confidencial;
  - d) Não proceder a qualquer cópia de informação confidencial, na totalidade ou em parte, salvo para utilização no âmbito da prestação dos serviços;



- e) Não proceder à transferência ou interconexão com qualquer entidade, de quaisquer dados ou informações fornecidas pela entidade adjudicante, mesmo que não sejam informação confidencial, salvo quando devidamente autorizada por escrito.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup> – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

1. A atividade desenvolvida pelo Cocontratante e respetivos colaboradores, independentemente da natureza da relação contratual que com eles possua, encontra-se sujeita ao disposto no Regulamento (UE) n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados - RGPD), bem como na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, e na demais legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais.
2. No âmbito da execução do presente contrato, a Agência, I.P., na qualidade de Responsável pelo Tratamento, procederá ao tratamento dos dados pessoais dos colaboradores do Contratante que se encontrem afetos à prestação dos serviços nas instalações da Agência, I.P., exclusivamente para efeitos de controlo de acessos e segurança das instalações, com fundamento na execução do presente contrato e no interesse legítimo da Agência, I.P. na proteção de pessoas e bens e na segurança das suas instalações, sendo os dados recolhidos limitados ao estritamente necessário para a finalidade referida e conservados apenas durante o período estritamente necessário à prossecução dessa finalidade, após o qual serão eliminados ou anonimizados.
3. No que respeita ao tratamento dos dados pessoais a que eventualmente tenha acesso no âmbito da prestação dos serviços, o cocontratante compromete-se designadamente a:
  - a) Não utilizar os dados pessoais a que tenha acesso para fim diverso da prestação de serviços que constitui o objeto do contrato a celebrar;
  - b) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso, assegurando a confidencialidade dos dados a que eventualmente tenha acesso;
  - c) Assegurar que os trabalhadores que afeta à prestação de serviço cumprem todas as obrigações previstas na presente cláusula;
  - e) Assegurar que os trabalhadores afetos à prestação de serviço assumem, por escrito, um compromisso de confidencialidade e estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade, nos precisos termos em que o próprio Cocontratante se encontra obrigado, cabendo a este demonstrar o cumprimento dessa obrigação, caso seja solicitado pela Agência, I.P.;



- g) Implementar todas as medidas técnicas e organizativas para garantir um nível de segurança adequado ao risco, tendo em conta a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento, nos termos do artigo 32.º do RGPD;
  - h) Tratar os dados pessoais de forma a garantir a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito, contra a sua perda, alteração, divulgação ou acesso não autorizados e destruição ou danificação accidental ou ilícita, adotando as medidas técnicas e organizativas necessárias;
  - i) Notificar a Agência, I.P., no prazo máximo de 24 horas após ter tido conhecimento de qualquer violação de dados pessoais, devendo esta notificação conter, pelo menos, a seguinte informação, sem prejuízo das demais disposições da lei:
    - i) A descrição da natureza da violação ocorrida, incluindo, as categorias e o número aproximado de titulares de dados, bem como o número aproximado de registos de dados pessoais em causa;
    - ii) A descrição das medidas adotadas e as propostas para reparar a violação de dados pessoais, inclusive, se for caso disso, as medidas adotadas para atenuar os seus eventuais efeitos negativos;
    - iii) A descrição das consequências prováveis da violação de dados pessoais.
  - o) Colaborar com o Encarregado de Proteção de Dados da Agência, I.P., facultando todas as informações e esclarecimentos que este vier a solicitar no âmbito das suas funções.
4. Se quaisquer dados se perderem ou forem danificados no âmbito da execução do contrato a celebrar, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as medidas que forem necessárias com vista à recuperação dos dados, sem quaisquer custos adicionais para a Agência, I.P.
12. Sem prejuízo da eventual aplicação de penalidades previstas no contrato, o Cocontratante será responsável por todo e qualquer custo ou prejuízo, incluindo o pagamento de coimas, em que a Agência, I.P. venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do Cocontratante e ou dos seus colaboradores, representantes e outras entidades por si subcontratadas, de dados pessoais em violação da presente cláusula, do RGPD e demais legislação aplicável em matéria de dados pessoais.
13. O incumprimento de algum dos deveres constantes na presente cláusula, bem como a verificação da inexistência de garantias de *compliance*, constitui fundamento de resolução do contrato por incumprimento, sem prejuízo do dever de indemnização ao responsável pelo tratamento a que possa haver lugar, por danos sofridos ou eventuais violações que lhe sejam imputadas.



#### **Cláusula 14.<sup>a</sup> – CONFLITO DE INTERESSES E RESPONSABILIDADE**

1. O Cocontratante deve prosseguir a sua atividade de acordo com a lei aplicável e com as regras de boa-fé, tomando todas as medidas necessárias para evitar a ocorrência de quaisquer situações que possam resultar em conflito com os interesses da Agência, I.P.
2. O Cocontratante obriga-se a não praticar qualquer ato ou omissão do qual possa resultar quaisquer ónus ou responsabilidades para a Agência, I.P., ou para os seus direitos e interesses.
3. O Cocontratante obriga-se ainda a suportar quaisquer encargos resultantes, designadamente, de reclamações, custos, despesas, multas, coimas ou sanções, necessários para a libertação de quaisquer ónus ou responsabilidades que recaiam sobre a propriedade da Agência, I.P., quando tenham sido criados ou causados por si ou por qualquer dos seus subcontratados.
4. Em caso de conflito de interesses, superveniente, durante a execução dos serviços contratados, o Cocontratante deverá informar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, da ocorrência do facto e dos procedimentos que adotará para a resolução do conflito, sujeitos à aprovação da Agência, I.P.

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup> – PREÇO BASE E PREÇO CONTRATUAL**

1. O preço base do presente procedimento, que constitui o encargo máximo a pagar pela Agência, I.P. pela execução da prestação de serviços de limpeza e o fornecimento de consumíveis, que constituem o objeto do contrato a celebrar, é fixado em **345.759,77 € (trezentos e quarenta e cinco mil setecentos e cinquenta e nove euros e setenta e sete cêntimos)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço base resulta da soma dos preços base fixados para as prestações que constituem o objeto do contrato, os quais correspondem:
  - a) O preço base para a prestação relativa aos **serviços de limpeza** é fixado no montante de **326.200,00€** (trezentos e vinte e seis mil e duzentos euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor;
  - b) O preço base para a prestação relativa ao **fornecimento de consumíveis de higiene** é fixado no montante de **19.559,77€** (dezanove mil quinhentos e cinquenta e nove euros e setenta e sete cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor;
3. Pelos serviços de limpeza, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Agência, I.P. obriga-se a pagar ao Cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor.



4. Pelo fornecimento dos consumíveis de higiene, a Agência, I.P. obriga-se a pagar o preço unitário dos produtos efetivamente entregues, de acordo com o que constar na proposta adjudicada, multiplicado pelas quantidades requisitadas, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor.
5. O preço contratual inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Agência, I.P. pelo presente Caderno de Encargos, nomeadamente despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças que, para execução do contrato, sejam da responsabilidade do Cocontratante.
6. Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP, o preço base foi apurado tendo os custos médios unitários, resultantes de anteriores procedimentos, para prestações do mesmo tipo.

#### **Cláusula 16.ª – REVISÃO OU ATUALIZAÇÃO DO PREÇO**

1. Não há lugar a revisão ou atualização do preço contratual, nem a adiantamentos de preço, com exceção do disposto no número seguinte.
2. Na eventualidade de a Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG), que na presente data se encontra fixada em 870,00 Euros para o ano de 2025, ser revista, de modo a constituir um impacto substancial, não expectável aquando da elaboração da proposta por parte do Adjudicatário, e, por conseguinte, a constituir uma alteração não coberta pelos riscos próprios do Contrato, e que, por força de ato governamental ou norma legal, seja determinada a revisão extraordinária do preço contratual, a mesma só poderá operar sobre o preço contratual dos elementos da equipa do Adjudicatário que, comprovadamente, auferiram a RMMG e nos precisos termos que vierem a ser definidos por ato governamental ou lei.
3. Caso se verifiquem todos os requisitos previstos no número anterior, bem como os que vierem a ser fixados por ato governamental ou lei, a Agência, I.P. pode haver lugar à revisão de preços.

#### **Cláusula 16 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

1. 1. As quantias devidas pela Agência, I.P. devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção das respetivas faturas, as quais podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para efeitos de emissão da fatura, a obrigação vence-se nos seguintes termos:
  - a) Para os serviços de limpeza programada (regular e profunda): a obrigação vence-se mensalmente com a prestação efetiva dos serviços;
  - b) Para os serviços de Limpeza periódica de envidraçados interiores e exteriores: a obrigação



vence-se com a prestação efetiva dos serviços;

- c) Para o fornecimento de consumíveis de higiene: a obrigação vence-se com a entrega efetiva dos bens.
6. A emissão das faturas pelo Cocontratante deve observar o disposto no artigo 299.º-B do CCP.
  7. As faturas têm de conter obrigatoriamente a indicação do número de compromisso, para efeitos de cumprimento da Lei sobre os Compromissos e Pagamentos em Atraso, bem como do número de registo interno do procedimento, sob pena de devolução.
  8. As faturas podem ser remetidas ou via plataforma FE-AP ou via correio eletrónico institucional, para o seguinte endereço: [NGO@adcoesao.pt](mailto:NGO@adcoesao.pt).
  9. Em caso de discordância por parte da Agência, I.P. quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar, por escrito, ao Cocontratante, os respetivos fundamentos, ficando o Cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
  10. A comunicação ao cocontratante referida no número anterior deve ser efetuada pela Agência, I.P. no prazo máximo de 10 (dez) dias.
  11. Desde que devidamente emitidas, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de bancária indicada pelo Cocontratante, da qual este deve ser titular.
  12. O atraso no pagamento das faturas apresentadas fará a Agência, I.P. incorrer em mora com a correspondente aplicação, do artigo 1.º da Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, sobre o montante em dívida, à taxa legalmente fixada para o efeito, desde o respetivo vencimento até integral e efetivo pagamento.
  13. O atraso no pagamento de quaisquer faturas regularmente emitidas não autoriza o Cocontratante a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do contrato, salvo nos casos previstos no artigo 327.º do CCP.

#### **Cláusula 17.ª – ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

1. A execução do contrato é acompanhada, nos termos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, pelo gestor do contrato designado pela Agência, I.P. e mencionado no contrato a celebrar.
2. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.
3. A avaliação da qualidade dos serviços é feita, no mínimo, uma vez por mês, através de auditorias realizadas pelo Gestor do Contrato, ou por outro elemento designado pela Agência, I.P. para esse efeito, acompanhado pelo Supervisor de higiene e limpeza, sem prejuízo de as partes, em sede



de execução, poderem implementar os mecanismos que entender mais adequados e eficazes à monitorização e fiscalização da prestação dos serviços.

4. A eventual não comparência do Supervisor de higiene e limpeza não desvincula o Cocontratante dos resultados da auditoria.
5. Considera-se reiterada a não comparência do Supervisor de Higiene e Limpeza por dois meses consecutivos ou quatro interpolados.
6. O resultado da avaliação da qualidade dos serviços deverá sempre ser registado por escrito, no suporte que vier a ser acordado em sede de execução.

#### **Cláusula 18.ª – CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO**

1. A cessão da posição contratual e a subcontratação obedecem ao disposto nos artigos 316.º e seguintes do CCP e carecem de autorização prévia da Agência, I.P.
2. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, este deve ceder a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela Agência, I.P., pela ordem sequencial daquele procedimento, nos termos do artigo 318.º-A do CCP.

#### **Cláusula 19.ª – PENALIDADES**

1. Pelo incumprimento de obrigações, por razões que lhe sejam imputáveis, a Agência, I.P. pode exigir ao Cocontratante o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos e nas condições estabelecidas nos números seguintes:

##### **A) Prestação de Serviços de Limpeza:**

- a) Pelo incumprimento das tarefas descritas para cada tipologia dos serviços pode ser aplicada uma sanção de natureza pecuniária de 100€ (cem euros) por cada ocorrência;
- b) Pelo incumprimento dos prazos de realização dos serviços de Limpeza programada periódica, pode ser aplicada uma sanção de natureza pecuniária de 100€ (cem euros) por cada dia de atraso até integral cumprimento;
- c) Pela não utilização de produtos de limpeza que cumpram os critérios ecológicos nos termos definidos no ponto 2.3 da parte II do caderno de encargos pode ser aplicada uma sanção de natureza pecuniária no montante de 100€ (cem euros) por cada ocorrência e/ou por cada dia de atraso até integral cumprimento;





- d) Pelo não cumprimento do prazo de entrega da Listagem de produtos de limpeza a utilizar na execução do contrato pode ser aplicada uma sanção de natureza pecuniária de 25€ (vinte e cinco euros) por cada dia de atraso até integral cumprimento;
  - e) Pela não substituição de produtos de limpeza, após a solicitação da Agência, I.P. para esse efeito, pode ser aplicada uma sanção de natureza pecuniária de 25€ (vinte e cinco euros) por cada dia de atraso até integral cumprimento;
  - f) Pela não reposição de consumíveis de casa de banho nos termos que vierem a ser definidos pode ser aplicada uma sanção de natureza pecuniária de 5€ (cinco euros) por cada hora de atraso e por cada casa de banho, até integral cumprimento;
  - g) Pela não substituição de trabalhadores em conformidade com a cláusula 11.ª do presente caderno de encargos, pode ser aplicada uma sanção de natureza pecuniária no montante de 100€ (cem euros) por cada ocorrência e/ou por cada dia de atraso até integral cumprimento;
  - h) Pela não entrega da listagem de identificação dos trabalhadores nos termos do n.º 4 da cláusula 10.ª do presente caderno de encargos, pode ser aplicada uma sanção de natureza pecuniária de 25€ (vinte e cinco euros) por cada dia de atraso até integral cumprimento;
  - i) Pela ausência reiterada do Supervisor de higiene e Limpeza às auditorias nos termos da cláusula 17.ª do presente caderno de encargos, pode ser aplicada uma sanção de natureza pecuniária no montante de 100€ (cem euros) por cada ocorrência;
- B) Fornecimento de consumíveis de higiene:
- a) Pelo incumprimento do prazo de entrega dos consumíveis de higiene, definido nas especificações técnicas, pode ser aplicada uma sanção de natureza pecuniária no valor de 50€ (euros) por cada dia de atraso até ao limite máximo de 2 (dois) dias de atraso, passando, nesse caso, a sanção a ser de 100€ (cem euros), até ao integral cumprimento;
  - b) Pelo incumprimento dos requisitos definidos nas especificações técnicas para os consumíveis de higiene sem que tenha sido requerida a sua substituição por produto equivalente ou superior, nos termos previstos no ponto 6.11 da parte II do presente caderno de encargos, pode ser aplicada uma sanção de natureza pecuniária no valor de 200€ por cada ocorrência.
- C) Pelo incumprimento de quaisquer outras obrigações constantes do presente caderno de encargos que não se enquadrem nas alíneas anteriores pode ser aplicada uma sanção de natureza pecuniária de 1% do preço contratual.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Agência, I.P., tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.



3. O valor acumulado das sanções de natureza pecuniária a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
4. Nos casos em que seja atingido o limite máximo previsto no número anterior, e a Agência, I.P. decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30 % (trinta por cento).
5. Em caso de resolução do contrato por incumprimento definitivo, nos termos do artigo 333.º do CCP, a Agência, I.P. pode aplicar uma sanção de natureza pecuniária até ao limite indicado no número anterior.
6. A Agência, I.P. pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções de natureza pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula, obrigando-se o Cocontratante a emitir os necessários documentos contabilísticos para o efeito.
7. As sanções de natureza pecuniária previstas na presente cláusula não obstam a que a Agência, I.P. exija uma indemnização pelo dano excedente nos termos das disposições relativas à obrigação de indemnização por mora e incumprimento definitivo previstas na lei.

#### **Cláusula 20.ª – FORÇA MAIOR**

1. Não podem ser impostas penalidades ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
  - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
  - b) Sejam alheias à sua vontade;
  - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
  - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou



de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros;
  - h) Declaração de estado de emergência ou de calamidade, nem obrigações legais ou administrativas de teletrabalho, em situações de pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

#### **Cláusula 21.ª – RESOLUÇÃO POR PARTE DA AGÊNCIA, I.P.**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei e no contrato, a Agência, I.P., pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos, os quais configuram incumprimento definitivo do contrato:
  - a) Falhas e erros que ponham em causa o cumprimento dos objetivos de interesse público visados com a celebração do contrato;
  - b) Incumprimento de qualquer obrigação contratual que ponha irremediavelmente em causa a manutenção do contrato;
  - c) Violação, de forma grave ou reiterada de qualquer das obrigações que lhe foram atribuídas no âmbito do contrato a celebrar e do presente caderno de encargos.
2. O direito de resolução referido no número anterior não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais.
3. O direito de resolução referido no número anterior não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais.
4. Independentemente da conduta do cocontratante, a Agência, I.P reserva-se o direito de resolver o contrato, nos termos e com os fundamentos previstos nos artigos 334.º e 335.º do CCP.



5. O direito de resolução referido no n.º 1 exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no caderno de encargos.

#### **Cláusula 22.ª – RESOLUÇÃO POR PARTE DO COCONTRATANTE**

1. O Cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 332.º do CCP, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

#### **Cláusula 23.ª - MODIFICAÇÕES OBJETIVAS DO CONTRATO**

1. Quaisquer alterações que sejam necessárias introduzir no contrato, no decurso da sua execução, nos termos do disposto no artigo 312.º do CCP, serão objeto de acordo prévio entre as partes, só sendo consideradas eficazes após terem sido reduzidas a escrito e aprovadas e assinadas por ambas as partes, não podendo revestir forma menos solene do que a do contrato.
2. A Agência, I.P. pode, a qualquer momento, solicitar a alteração da prestação de serviços, por razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias, nomeadamente decorrente da mudança de instalações.
3. A modificação prevista no número anterior é comunicada por escrito com a antecedência mínima de 30 (trinta dias).
4. Nos casos previstos nos números anteriores, pode haver lugar à revisão do preço se isso se justificar face às novas instalações, segundo critérios de equidade, cabendo ao cocontratante essa demonstração, não podendo essa alteração incidir sobre os preços unitários dos consumíveis.

#### **Cláusula 24.ª – DEVERES DE INFORMAÇÃO**

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.



3. No dia seguinte ao da verificação ou conhecimento do impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

#### **Cláusula 25.ª – COMUNICAÇÕES**

1. Todas as comunicações entre a Agência, I.P. e o Cocontratante devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou correio eletrónico, de acordo com as informações que, para o efeito, constarem no contrato.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada efetuada na data da respetiva expedição, salvo o disposto no número seguinte.
4. As notificações e as comunicações que tenham como destinatário a Agência, I.P. e que sejam efetuadas através de correio eletrónico, telecópia ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

#### **Cláusula 26.ª – CAUÇÃO**

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o Cocontratante, deve prestar uma caução no valor de 5% do preço contratual, com exclusão do IVA, nos termos admitidos pelo artigo 90.º do CCP.
2. Cumpridas todas as obrigações contratuais por parte do cocontratante, a Agência, I.P. promove a liberação da caução nos termos do disposto no artigo 295.º do CCP.
3. A Agência, I.P. pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais ou contratuais pelo Cocontratante.
4. Considera-se também existir perda de caução quando houver lugar à resolução sancionatória do contrato, por qualquer um dos fundamentos previstos no presente caderno de encargos.
5. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o Cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação da Agência, I.P. para esse efeito.
6. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do Cocontratante.

#### **Cláusula 27.ª – REGRA DE INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE**

1. No cumprimento das disposições legais europeias e nacionais, todos os bens produzidos a



entregar no âmbito do contrato devem obedecer às regras de informação e publicitação do cofinanciamento dos fundos europeus do Portugal 2030.

2. O fundo europeu financiador desta aquisição de serviços é o FEDER.
3. O cumprimento da regra de informação e publicitação do cofinanciamento cumpre-se com a colocação nos entregáveis das aplicações, bem como demais documentação técnica correspondente, prevista na Parte II do caderno de encargos, e em todas as ações de comunicação e reuniões realizadas no decorrer do contrato (apresentações de PowerPoint, brochuras, posters, vídeos ou outro qualquer produto físico ou digital) da barra de logotipos e de informação do cofinanciamento, conforme apresentada de seguida:

Cofinanciado por:



#### **Cláusula 28.ª – DESEMPENHO AMBIENTAL**

1. O Cocontratante deve atender e garantir sustentabilidade ecológica das prestações e fornecimentos de consumíveis de higiene, objeto do contrato a celebrar, adotando e promovendo as melhores práticas ambientais por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora, a produção de resíduos e o consumo energético, entre outros aspetos que se revelem adequados, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactes ambientais.
2. O Cocontratante deve proceder à recolha e assegurar o destino adequado aos resíduos produzidos e/ou recolhidos no decurso da prestação de serviços.

#### **Cláusula 29.ª – DESPESAS E ENCARGOS**

1. Todas as despesas e encargos decorrentes ou necessários para a celebração do contrato são da responsabilidade do Cocontratante.
2. O Cocontratante fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares, em vigor, designadamente sobre acidentes de trabalho e medicina no trabalho, relativamente aos elementos da sua equipa, na execução dos trabalhos, correndo por sua conta os encargos que daí resultem.



#### **Cláusula 30.ª – FORO COMPETENTE**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

#### **Cláusula 31.ª – DIREITO APLICÁVEL**

1. O contrato tem natureza administrativa e rege-se pelo disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação em vigor e demais legislação especial aplicável.
2. Com exceção das disposições específicas expressamente identificadas no caderno de encargos, todas as cláusulas se aplicam.

#### **Cláusula 32.ª - CONTAGEM DOS PRAZOS**

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados e contam-se nos termos do artigo 471.º do CCP.



## PARTE II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

### 1. TIPOLOGIA DOS SERVIÇOS A PRESTAR

1.1 A tipologia de serviços que constitui objeto do contrato a celebrar está definida no Anexo I que faz parte integrante do presente Caderno de Encargos, e compreende os serviços de:

a) **Serviços de Limpeza Programada Regular** – Serviços de limpeza geral realizados com periodicidade diária, assegurando a manutenção regular das condições de higiene e asseio dos espaços.

a.1) **Periodicidade:** Todos os dias úteis (TDU)

a.2) **Horário:** das 6H – 9H

a.3) **Características dos serviços:** Em conformidade com o ponto I do Anexo I do presente caderno de encargos.

b) **Limpeza Programada Profunda** – Serviços de limpeza geral realizados com periodicidade semanal, complementares à limpeza regular, abrangendo a higienização mais cuidada de superfícies, equipamentos e zonas de menor acesso ou uso menos frequente.

b.1) **Periodicidade:** sábados

b.2) **Horário:** das 6H as 9H

b.3) **Características dos serviços:** Em conformidade com o ponto II do Anexo I do presente caderno de encargos, com as seguintes especificidades:

- i. Os serviços com as características descritas nos pontos 1 a 4, serão prestados em função da calendarização a definir com a entidade adjudicante após início do contrato, podendo essa calendarização ser revista e/ou ajustada em função das necessidades da Agência, I.P.
- ii. As tarefas inerentes aos serviços descritos nos pontos 1 a 4 do ponto II do Anexo I do presente caderno de encargos, deverão ser executadas de forma alternada.
- iii. As tarefas previstas no ponto 5 serão executadas pontual e esporadicamente em função das necessidades especificamente para esse efeito comunicadas pela Agência, I.P.
- iv. Se, por qualquer motivo, não houver calendarização o cocontratante deve, no mínimo, assegurar as tarefas previstas no ponto 1 e 2 do ponto II do Anexo I do presente caderno de encargos ou o que vier a ser acordado em sede de execução.





- c) **Limpeza Periódica** – Serviços de limpeza de envidraçados interiores e exteriores, não incluídos no plano regular, consistindo na limpeza interior e exterior de superfícies vidradas (janelas, portas, fachadas em vidro, etc.)

**Periodicidade:** mínimo de 3 (três) vezes por ano

**Horário:** das 9h às 17H

**Características dos serviços:** Em conformidade com ponto III do Anexo I do presente caderno de encargos.

- d) **Limpeza Permanente (Piquete)** - Disponibilização permanente de recursos humanos para execução de tarefas de limpeza imediata e contínua, garantindo resposta pronta a necessidades emergentes ao longo do período de funcionamento da Agência, I.P.

**Periodicidade:** Todos os dias úteis (TDU)

**Horário:** das 8H – 20H (um elemento das 9H às 18H e um elemento das 10H às 19H, podendo este último horário ser ajustado, em função das necessidades da Agência, I.P., para as 11H -20H)

**Características dos serviços:** Em conformidade com IV do Anexo I do presente caderno de encargos

- 1.2 No início da execução do contrato, a Agência, I.P. e o cocontratante reúnem-se para definir e acordar os instrumentos operacionais necessários à boa execução do serviço, incluindo os procedimentos de planeamento, reporte e verificação das tarefas, bem como os mecanismos de controlo, acompanhamento e articulação entre as partes que não estejam previamente previstos nas cláusulas jurídicas ou, estando, se justifique a sua adaptação, desde que tal não implique a alteração do respetivo propósito ou desvirtue a sua finalidade original.

## 2. PRODUTOS DE LIMPEZA

- 2.1 Todos os produtos a utilizar nos serviços de limpeza são fornecidos pelo Cocontratante, assumindo o mesmo inteira e exclusiva responsabilidade pelos produtos que usar, nomeadamente no que respeita a eventuais danos que posteriormente se verifiquem, desde que atribuíveis àqueles.
- 2.2 Todos os produtos de limpeza, lavagem, desengorduramento e desodorização a utilizar devem ser fornecidos em quantidade e qualidade adequada à limpeza das diferentes superfícies opacas e translúcidas, tais como pavimentos, mobiliário, metais, equipamentos elétricos, e outros.



- 2.3** Todos os produtos a utilizar nos serviços de limpeza devem respeitar as exigências ambientais e de saúde pública em vigor, devendo utilizar produtos de limpeza que cumpram os critérios do Rótulo Ecológico da União Europeia para a limpeza de superfícies duras, nos termos previstos na Decisão (UE) 2017/1217 da Comissão, de 23 de junho de 2017 e do Regulamento (CE) n.º 66/2010, o Rótulo Ecológico da EU.
- 2.4** Para efeitos do número anterior, o Cocontratante tem de apresentar, **no prazo de cinco dias a contar do início de vigência do contrato, uma lista de produtos de limpeza a utilizar na execução do Contrato a celebrar e facultar documentação que ateste a sua conformidade** com os requisitos, sendo considerado suficiente e em conformidade produtos que tenham recebido Rótulo Ecológico da União Europeia para a limpeza de superfícies duras.
- 2.5** A Agência, I.P. reserva-se o direito de proceder à verificação dos produtos, sempre que o entenda conveniente, podendo, caso se justifique, mandar suspender e/ou substituir a sua utilização.

### **3. EQUIPAMENTOS E MATERIAIS**

- 3.1** Compete ao cocontratante fornecer a expensas suas as máquinas, materiais e equipamentos a utilizar na prestação dos serviços de limpeza a contratar, nomeadamente: carros para limpeza, carros para recolha seletiva de resíduos, vassouras, esfregonas grandes e pequenas, cabo telescópico para teias de aranha, placas sinalizadoras para piso molhado, sacos de lixo com cores diferenciadas e adequadas aos recipientes existentes, atilhos para sacos do lixo, luvas de *latex* e nitrilo, panos de pó, panos para copas, panos instalações sanitárias, mopas, armações, mopas para limpeza de vidros, detergentes e desinfetantes, ambientador de espaço, limpa-vidros e espelhos, lixívia, produtos para madeiras, produtos para *inox*, aspiradores, baldes com espremedor, máquina de lavar piso e equipamentos de proteção individual relativos à prevenção de contaminação no caso de surtos epidémicos (designadamente máscaras, viseiras e luvas) de acordo com as Orientações da DGS.
- 3.2** O cocontratante é responsável pela manutenção e conservação das máquinas, materiais e equipamentos referidos no ponto anterior.
- 3.3** O Cocontratante, no âmbito dos serviços que constituem o objeto do contrato, obriga-se a ter em perfeito estado de funcionamento o material, máquinas e equipamento, quer mecanicamente, quer a nível de sinalização, limpeza, desinfeção e sistemas de segurança.



#### 4. INSTALAÇÕES

As instalações da Agência, I.P. a que se refere a Cláusula 5.ª são tipificadas no quadro infra:

Instalação: Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. Av. 5 de Outubro 153, Lisboa											
Piso	Área de intervenção (m2)	N.º Janelas	Ocupação					Pavimento			
			Gabinetes	Salas	Instalações sanitárias	Garagem	Outros	mosaico	alcatifa	vinílico	betonilha
-1	220,00	0				1	Arrumos				x
-2	220,00	0				1	Arrumos				x
0	477,80	16		3	3		Arquivo, hall de entrada, receção	x	x	x	
1	455,70	68	3	1	2		open space, copa			x	
2	478,80	68	3	1	2		open space, copa			x	
3	478,80	68	3	1	2		open space, copa			x	
4	478,80	68	5	1	2		open space, copa			x	
5	478,80	68	4	1	2		open space, copa			x	
6	478,80	68	4	1	2		open space, copa			x	
7	478,80	68	3	1	2		open space, copa e arrumos			x	
8	478,80	68	5	2	2		open space, copa			x	
9	338,20	48	1	1	3		Copa, arrumos, gabinete médico e terraços			x	
TOTAL	5063,30	608	31	13	22	2					

#### 5. TRABALHADORES A AFETAR À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA

5.1 No âmbito do contrato a celebrar pretende-se a afetação mínima dos seguintes trabalhadores:

Profissionais	Qt.	Horário e periodicidade
Encarregado	1	Todos os dias úteis, das 6H – 9H
Trabalhador de limpeza regular	10	Todos os dias úteis, das 6H – 9H
Trabalhador de limpeza profunda	5	Todos os sábados, das 6H – 9H
Piquete	1	Todos os dias úteis, das 9H – 18H
Piquete	1	Todos os dias úteis, das 10H – 19H
Lavador de vidros	10	sábado, das 9H – 17H

5.2 A afetação indicada no ponto anterior tem por base o verificado no contrato atualmente em vigor, acrescida de um elemento a afetar aos serviços de piquete para praticar o horário das 10H às 19H, podendo este horário ser ajustado em função das necessidades da Agência, I.P. para o horário das 11H às 20H.



- 5.3** Cabe ao cocontratante o dimensionamento da equipa a afetar à execução do contrato de modo a garantir que os serviços que constituem o objeto do contrato são integral, pontual e adequadamente executados em conformidade com as características exigidas para cada tipologia de serviços a prestar.

## **6. FORNECIMENTO DE CONSUMÍVEIS DE HIGIENE**

- 6.1** No âmbito do contrato a celebrar, o cocontratante obriga-se a fornecer os seguintes consumíveis, nas quantidades, características e condições definidas no presente ponto, sem prejuízo de observar as demais obrigações previstas no caderno de encargos.

- 6.2** Estima-se que no período de execução do contrato sejam consumidas as quantidades infra indicadas:

Bem	Unidade	2025	2026	2027	Total
Papel higiénico Jumbo Mini	Saco de 12 rolos x 180 metros	40	160	160	360
Toalhas de papel de mão Zig Zag 2	Caixa de 20 pacotes x 160 toalhas	50	200	200	450
Sabonete líquido	Garraão de 5L	10	40	40	90

- 6.3** As quantidades indicadas são estimativas efetuadas para o período de vigência do contrato, não constituindo para Agência, I.P. uma obrigação de consumo/requisição, não tendo o cocontratante direito ao pagamento de qualquer indemnização/compensação por consumíveis não requisitados.

### **6.4 Características do Papel Higiénico – Jumbo mini**

Principais Características	Unidade	Resultado esperado
Cor	N.A.	Branco
Gofrado	N.A.	Sim
Comprimento do Rolo	m	180
Picotado	N.A.	Sim
Solubilidade	N.A.	Solúvel
Tipo de Fibra	N.A.	Reciclada
Tipo de Folha	N.A.	Dupla



Rótulo ecológico	N.A.	DECISÃO (UE) 2019/70 da COMISSÃO, de 11 de janeiro de 2019
------------------	------	--

## 6.5 Características das Toalhas de Papel de Mão – Zig Zag 2

Principais Características	Unidade	Resultado esperado
Cor	N.A.	Branco
Comprimento do Rolo	m	N.A.
Largura do Rolo	cm	N.A.
Dimensões da Folha	cm	23 (+-5%) x 25 (+- 5%)
Número de Folhas por Maço	N.A.	≥ 160
Tipo de Fibra	N.A.	Reciclada
Tipo de Folha	N.A.	Dupla
Tipo de Dobragem	N.A.	Zig-Zag
Rótulo ecológico	N.A.	DECISÃO (UE) 2019/70 da COMISSÃO, de 11 de janeiro de 2019

## 6.6 Características do Sabonete líquido

Principais Características	Unidade	Resultado esperado
Aspeto	N.A.	Líquido Viscoso
Odor	N.A.	Aveia ou Outro
Viscosidade	cP	> 2.800
Densidade a 20 °C	gr./mL	1.009 a 1.039
Estabilidade	N.A.	Sem Alterações
Formato da Embalagem	N.A.	Garrafão de 5 Litros A embalagem deve ser reciclável
pH	N.A.	5,00 a 6,00
Biodegradável	%	> 60
Rótulo Ecológico	N.A.	Decisão (UE) 2014/893 (prod. cosméticos e de higiene)

## 6.7 Rótulos Ecológicos

**6.7.1** Os consumíveis a fornecer devem estar munidos do Rótulo Ecológico da União Europeia (UE Ecolabel) ou de outro rótulo ecológico que demonstre conformidade com requisitos ambientais equivalentes, nos termos do Regulamento (CE) n.º 66/2010 2017 e observar os critérios definidos para



atribuição do referido rótulo em conformidade com as Decisões (UE) aplicáveis para cada tipo de produto a fornecer e indicadas nas respetivas características.

**6.7.2** No caso previsto no ponto anterior, compete ao cocontratante a demonstração da equivalência dos produtos, devendo facultar a documentação que ateste a sua conformidade com os requisitos exigidos.

**6.7.3** Em cumprimento dos critérios ecológicos do n.º 8 da Parte B da Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2023, de 25 de outubro, aplicáveis aos Contratos de Aquisição de Serviços de Higiene e Limpeza, o cocontratante deve, ainda, cumprir as seguintes obrigações:

- i. Proceder à recolha e assegurar o destino adequado aos resíduos produzidos e/ou recolhidos no decurso da prestação dos serviços;
- ii. Realizar, no mínimo, uma ação de formação e sensibilização dos seus trabalhadores por ano, sobre boas práticas ambientais.

**6.8** Além dos consumíveis indicados de higiene a entregar no âmbito do contrato a celebrar, o cocontratante obriga-se a fornecer, pelo menos, anualmente os piaçabas para todas as instalações sanitárias da Agência, I.P., sem qualquer custo adicional para esta.

**6.9** A entrega dos consumíveis e outros bens incluídos no objeto do contrato a celebrar é da responsabilidade do cocontratante devendo ser efetuada nas instalações da Agência, I.P., nos termos definidos na Cláusula 5.ª do presente Caderno de Encargos.

**6.10** A Agência, I.P. formaliza, por meio escrito, um pedido relativo às suas necessidades, devendo os consumíveis serem entregues no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data do envio do pedido, dentro do horário normal de expediente, entre as 9h00m e as 17h00m, salvo acordo entre as partes em sentido diverso.

**6.11** No caso de o Cocontratante não ter disponíveis alguns produtos por rutura temporária de stock, deve propor atempadamente à Agência, I.P. a sua substituição por outros de qualidade idêntica ou superior, não podendo deste facto resultar um acréscimo de custos ou um atraso na entrega superior a um dia útil face ao indicado no ponto anterior.

**6.12** A entrega dos bens é obrigatoriamente acompanhada da fatura e guia de remessa correspondentes.

**6.13** Os suportes dos produtos de higiene, serão gratuitamente disponibilizados ou substituídos (se for o caso) pelo Cocontratante, de acordo com as necessidades da Agência, I.P.

**6.14** Os produtos ou suportes devem assegurar a possibilidade de limitar e uniformizar a dose unitária, por forma a limitar o consumo e reduzir o desperdício.



- 6.15** A cedência, colocação e manutenção (assistência técnica) dos suportes ficam a cargo do Cocontratante e deve ser realizada de acordo com as características das instalações sanitárias.
- 6.16** No termo do contrato, seja qual for o motivo que o tenha determinado, os suportes dos produtos de higiene cedidos (designadamente, saboneteiras e suportes de papel higiénico), que não possam ser retirados ou cuja fixação tenha provocado a deterioração das instalações, nomeadamente através da furação das paredes, ingressarão nos ativos da Agência, I.P.
- 6.17** No que concerne aos consumíveis, caso a Agência, I.P. venha a mudar de instalações, o cocontratante obriga-se a efetuar a entrega manter as condições negociadas desde que as novas instalações se situem num raio de 20 (vinte) km em relação às indicadas na cláusula 5.º do caderno de encargos.



## ANEXO I

### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E RESULTADOS ESPERADOS

#### I) LIMPEZA PROGRAMADA REGULAR

Principais Características		Resultados
<b>1. Especificações para a limpeza de Gabinetes, Salas de Reunião, Salas de formação, Arquivo Documental, Biblioteca, Open Spaces, copa, hall de entrada, recepção, zonas de circulação, incluindo átrio e respetivo acesso, Elevadores, Escadarias e Terraços (ou outros não especificamente detalhados mas integrantes das instalações da entidade adjudicante)</b>		
1.1.	Limpeza do pó, dedadas e humidades dos corrimãos e puxadores de portas	Ausência de pó, dedadas, humidades e sujidades nos corrimãos e puxadores de portas
1.2	Limpeza de interruptores de luz	Ausência de pó, dedadas e sujidades nos interruptores de luz
1.3	Limpeza de pó, dedadas e humidades dos móveis e dos utensílios/equipamentos de escritório, informática e comunicações	Ausência de pó, dedadas, humidades e sujidades nos móveis e nos utensílios/equipamentos de escritório, de informática e de comunicações
1.4	Limpeza / lavagem do pavimento de compartimentos, halls, corredores, passadiços, entradas, patamares, escadas e elevadores	Não existência obvia de areias ou pós no pavimento
1.5	Limpeza dos balcões de atendimento	Não existência de manchas, resíduos, pó ou autocolantes, com especial enfoque nas áreas mais manuseadas





1.6	Aspiração de tapetes, carpetes e alcatifas	Ausência de pó, areias ou outros resíduos sólidos visíveis
1.7	Despejo e limpeza de cinzeiros e recipientes do lixo (quando não assegurado por serviços de piquete)	<p>Os recipientes do lixo e cinzeiros não podem conter resíduos no seu interior e sujidades óbvias no seu exterior, devendo ser efetuada a recolha e substituição dos sacos que possuam lixos;</p> <p>Remoção de todos os resíduos para o exterior das instalações e sua colocação nos recipientes/contentores destinados para o efeito, respeitando o horário legalmente definido, as condições adequadas ao tipo de resíduos recolhidos e os procedimentos ambientais e de gestão de resíduos da Entidade Adjudicante.</p>
1.8	Limpeza superfícies, incluindo pavimento, paredes e mobiliário e portas	<p>Não existência óbvia de pós ou areias;</p> <p>Ausência dedadas, manchas, marcas, sujidades, resíduos sólidos incrustados ou líquidos derramados, em todas as superfícies;</p> <p>Não existência de resíduos (papeis, embalagens, outros);</p> <p>Não existência de manchas, resíduos ou pó, escritos, desenhos ou outras marcas resultantes de canetas ou tintas passíveis de remoção, nas portas e paredes, incluindo colunas e pilares.</p>
1.9	Limpeza de equipamento especial, tais como elevadores e aparelhos telefónicos	<p>Não existência óbvia de pós ou areias;</p> <p>Não existência de resíduos (papéis, embalagens, outros);</p> <p>Não existência de manchas, líquidos derramados, pastilhas ou outros resíduos impregnados;</p>



		<p>Não existência de escritos, desenhos ou outras marcas resultantes de canetas ou tintas passíveis de remoção;</p> <p>Os aparelhos telefônicos devem estar devidamente higienizados (handset);</p> <p>Devem apresentar o seu aspeto original resultante de intervenções de lavagem ou outras consoante as características do material que as constituam.</p>
<b>2. Especificações para a Limpeza dos espaços para estacionamento interior (Garagens) e Arrecadações</b>		
2.1	Despejo e limpeza de recipientes do lixo	<p>Os recipientes do lixo não podem conter resíduos no seu interior e sujidades óbvias no seu exterior, devendo ser efetuada a recolha e substituição dos sacos que possuam lixos;</p> <p>Remoção de todos os lixos para o exterior das instalações e sua colocação nos recipientes/contentores destinados para o efeito, respeitando o horário legalmente definido, as condições adequadas ao tipo de resíduos recolhidos e os procedimentos ambientais e de gestão de resíduos da entidade adjudicante.</p>
<b>3. Especificações para limpeza das Instalações Sanitárias</b>		
3.1	Limpeza do pó, dedadas e humidades nos puxadores de portas	Ausência de pó, dedadas, humidades e sujidades puxadores de portas
3.2	Limpeza de interruptores de luz	Ausência de pó, dedadas e sujidades nos interruptores de luz



3.3	Limpeza de pó, dedadas e humidades dos móveis e dos utensílios /equipamentos de wc (p. ex. suportes de rolos de papel higiénico e dispensadores de sabonete)	Ausência de pó, dedadas, humidades e sujidades nos móveis e nos utensílios/ equipamentos de wc.
3.4	Limpeza de equipamento sanitário (inclui lavatórios, sanitas, urinóis ou outros)	Ausência de maus cheiros;  Os equipamentos deverão ser devidamente limpos e higienizados / desinfetados, não possuindo quaisquer manchas ou sujidades;  As torneiras e tubagens deverão apresentar um aspeto brilhantado.
3.5	Limpeza de ralos de esgotos	Ausência de resíduos suscetíveis de serem removidos, de forma a que o escoamento total das águas, ocorra com facilidade.
3.6	Limpeza de espelhos	Não existência de manchas, resíduos ou pó - especial enfoque nas áreas manuseadas ou em tudo o que perturbe a visibilidade através dos mesmos.
3.7	Abastecimento correto e regular das instalações sanitárias com consumíveis sanitários	Ausência de falhas no abastecimento dos consumíveis;  Correta reposição (i.e. não haver produto fora dos suportes, para os utentes reporem).
3.8	Despejo e limpeza de recipientes do lixo	Os recipientes do lixo não podem conter resíduos no seu interior e sujidades óbvias no seu exterior, devendo ser efetuada a recolha e substituição dos sacos que possuam resíduos;  Os recipientes do lixo deverão ser devidamente limpos e higienizados / desinfetados;  Remoção de todos os resíduos para o exterior das instalações e sua colocação nos recipientes/contentores destinados para o efeito, respeitando o horário legalmente



		definido, as condições adequadas ao tipo de lixos recolhidos e os procedimentos ambientais e de gestão de resíduos da Entidade Adjudicante.
3.9	Limpeza superfícies, incluindo pavimento e paredes	Ausência de pó, dedadas, manchas, marcas, sujidades, resíduos sólidos incrustados ou líquidos derramados em todas as superfícies;  Ausência de maus cheiros.
3.10	Manutenção de contentores asséticos	Os contentores asséticos não podem conter resíduos no seu interior e sujidades óbvias no seu exterior, devendo ser efetuada a recolha e substituição dos contentores que possuam resíduos.

## II) LIMPEZA PROGRAMADA PROFUNDA

Principais Características (Tarefas)		Resultados
<b>1. Especificações para a limpeza de Gabinetes, Salas de Reunião, Salas de formação, Arquivo Documental, Biblioteca, Open Spaces, copa, hall de entrada, receção, zonas de circulação, incluindo átrio e respetivo acesso, Elevadores, Escadarias e Terraços (ou outros não especificamente detalhados mas integrantes das instalações da entidade adjudicante)</b>		
1.1	Limpeza de metais	Ausência de pó, manchas ou sujidades nos metais;  Os metais deverão apresentar, sempre que as características do material o permitam, um aspeto polido.
1.2	Limpeza de rodapés	Ausência de pó, manchas ou sujidades nos rodapés



1.3	Limpeza do pó e dedadas em locais elevados, nomeadamente nas partes superiores de estantes, armários e outros móveis	Ausência de pó e dedadas dos locais a limpar
1.4	Limpeza profunda dos tetos	Ausência de pó, dedadas, teias de arranha, manchas, marcas ou outros resíduos sólidos e líquidos passíveis de remoção dos tetos e dos pontos de iluminação neles colocados.
1.5	Limpeza das ombreiras das portas	Ausência de pó, manchas ou sujidades nas ombreiras das portas
1.6	Limpeza de portas interiores e exteriores	Não existência de pó, manchas, lamas e resíduos sólidos incrustados ou líquidos; Não existência de escritos, desenhos ou outras marcas resultantes de caneta ou outras tintas possíveis de remoção.
1.7	Desinfecção de telefones	Os telefones deverão encontrar-se higienizados / desinfetados, não possuindo quaisquer manchas ou sujidades.
1.8	Limpeza / lavagem de terraços	Não existência de lixos ou outros resíduos sólidos visíveis (papeis, embalagens ou outros detritos) depositados no chão e em floreiras/locais ajardinados; Não existência de manchas, lamas, resíduos sólidos incrustados ou líquidos derramados; O pavimento dos terraços deverá apresentar um aspeto brilhantado, resultante da sua lavagem de acordo com o tipo de material que o compõe; Ralos de esgotos com possibilidade de escoamento total das águas.



1.9	Limpeza de objetos em madeira com produtos adequados a sua proteção e lustro	Não existência de dedadas, manchas, marcas, líquidos ou sujidades óbvias;  Deverão apresentar um aspeto brilhantado, resultante da aplicação de produtos adequados ao tipo de material em causa.
1.10	Tratamento de cadeiras e sofás de pele com produtos adequados a sua proteção e lustro	Ausência de pó, manchas, lamas, resíduos sólidos incrustados ou líquidos derramados nas cadeiras e sofás de pele, quando suscetíveis de serem removidos;  As cadeiras e sofás de pele deverão apresentar-se protegidos e com um aspeto brilhantado, em resultado da aplicação de produtos adequados ao tratamento do mobiliário em causa.
1.11	Limpeza profunda de cadeiras e sofás forrados a tecido	Ausência de pó, manchas, lamas, resíduos sólidos incrustados ou líquidos derramados nas cadeiras e sofás forrados a tecido, quando passíveis de serem removidos, tendo em conta o material em causa, por lavagem, limpeza a seco ou aspiração.
1.12	Arredamento de todos os moveis de fácil deslocação, sua limpeza completa e limpeza das paredes onde estes se encontram encostados	Ausência de pó, qualquer mancha ou sujidade incrustada em todas as superfícies do mobiliário;  Ausência de pó, manchas, dedadas, resíduos incrustados ou líquidos nas paredes onde o mobiliário se localiza.
1.13	Limpeza do mobiliário, com aplicação de produto adequado ao seu brilhantamento e remoção de	Ausência de pó, mancha, marca, resíduos sólidos incrustados ou líquidos derramados em todas as superfícies do mobiliário, devendo este apresentar um



	riscos/manchas/dedadas (não inclui enceramento do mobiliário)	aspecto brilhantado, resultante da aplicação de produtos adequados ao tipo de material em causa.
1.14	Limpeza das paredes e divisórias	Não existência de pó, manchas, dedadas, outros resíduos incrustados ou sujidades óbvias;  Não existência de escritos, desenhos ou outras marcas resultantes de caneta ou outras tintas possíveis de remoção.
1.15	Limpeza profunda de tapetes, alcatifas e carpete	Ausência de pó, manchas, lamas, resíduos sólidos incrustados ou líquidos derramados nos tapetes, alcatifas e carpetes, quando possíveis de serem removidos, tendo em conta o material em causa, por lavagem, limpeza a seco ou aspiração.
1.16	Desinfecção de cinzeiros e recipientes do lixo	Os cinzeiros e recipientes do lixo deverão encontrar-se higienizados / desinfetados, não possuindo quaisquer manchas ou sujidades no seu interior e exterior.
1.17	Limpeza de parapeitos e vidros e envidraçados interiores	Ausência de pó, manchas, resíduos sólidos incrustados ou líquidos derramados nos parapeitos interiores.  Não existência de dedadas, manchas ou qualquer marca de contraste nos vidros e envidraçados interiores.
1.18	Limpeza a fundo de todos os pavimentos (incluindo escadas, patamares, passadiços e elevadores), procedendo quando adequado ao seu enceramento e polimento	O pavimento deve apresentar um estado de limpeza que se assemelhe ao seu estado original, não contendo lixos, resíduos ou sujidades suscetíveis de remoção e possuindo um aspeto brilhantado, resultante de atividades como enceramento,



		polimento, lavagem a seco, entre outras, de acordo com o tipo de pavimento existente.
1.19	Limpeza dos materiais de arquivo e biblioteca, tais como livros e dossiers.	Ausência de pó, resíduos sólidos e líquidos derramados nos documentos que integram o arquivo, resultante da sua limpeza com um pano seco ou ligeiramente humedecido (quase seco).
1.20	Limpeza de ralos de esgotos	Ausência de resíduos suscetíveis de serem removidos, de forma a que o escoamento total das águas, ocorra com facilidade.
<b>2. Especificações para a limpeza das Instalações Sanitárias</b>		
2.1	Limpeza de metais	Ausência de pó, manchas ou sujidades nos metais;  Os metais deverão apresentar, sempre que as características do material o permitam, um aspeto polido.
2.2	Limpeza de rodapés	Ausência de pó, manchas ou sujidades nos rodapés
2.3	Limpeza do pó e dedadas em locais elevados, nomeadamente nas partes superiores de estantes, armários e outros moveis	Ausência de pó e dedadas dos locais a limpar.
2.4	Limpeza profunda dos tetos	Ausência de pó, dedadas, teias de aranha, manchas, marcas ou outros resíduos sólidos e líquidos passíveis de remoção dos tetos e dos pontos de iluminação neles colocados.





2.5	Limpeza das ombreiras das portas	Ausência de pó, manchas ou sujidades nas ombreiras das portas.
2.6	Limpeza de portas interiores e exteriores	Não existência de pó, manchas, lamas e resíduos sólidos incrustados ou líquidos;  Não existência de escritos, desenhos ou outras marcas resultantes de caneta ou outras tintas possíveis de remoção.
2.7	Desinfecção de recipientes do lixo	Os recipientes do lixo deverão encontrar-se higienizados / desinfetados, não possuindo quaisquer manchas ou sujidades no seu interior e exterior.
2.8	Limpeza das paredes e divisórias	Não existência de pó, manchas, dedadas, outros resíduos incrustados ou sujidades obvias;  Não existência de escritos, desenhos ou outras marcas resultantes de caneta ou outras tintas possíveis de remoção.
2.9	Limpeza de ralos de esgotos	Ausência de resíduos suscetíveis de serem removidos, de forma a que o escoamento total das águas, ocorra com facilidade.
<b>3. Serviços de Limpeza de vidros (interiores)</b>		
3.1	Limpeza de parapeitos, vidros interiores e estores de correr	Ausência de pó, manchas, resíduos sólidos incrustados ou líquidos derramados nos parapeitos interiores;  Não existência de dedadas, manchas ou qualquer marca de contraste nos vidros e envidraçados interiores.
<b>4. Especificações para Limpeza de estacionamento interior (Garagens), incluindo o acesso pelo exterior, e Arrecadações</b>		



4.1	Limpeza do pó e dedadas em locais elevados, nomeadamente nas partes superiores de estantes, armários e outros moveis	Ausência de pó e dedadas nos locais a limpar
4.2	Limpeza profunda dos tetos	Ausência de pó, dedadas, teias de arranha, manchas, marcas ou outros resíduos sólidos e líquidos passíveis de remoção dos tetos e dos pontos de iluminação neles colocados.
4.3	Limpeza das ombreiras das portas	Ausência de pó, manchas ou sujidades nas ombreiras das portas
4.4	Limpeza do pó, dedadas e humidades dos puxadores de portas	Ausência de pó, dedadas e humidades nos puxadores de portas
4.5	Limpeza de interruptores de luz	Ausência de pó, dedadas e sujidades nos interruptores de luz.
4.6	Limpeza de portas interiores e exteriores	Não existência de pó, manchas, lamas e resíduos sólidos incrustados ou líquidos;  Não existência de escritos, desenhos ou outras marcas resultantes de caneta ou outras tintas possíveis de remoção.
4.7	Limpeza de pó, dedadas e humidades dos moveis	Ausência de pó, dedadas e humidades nos moveis
4.8	Limpeza / lavagem do pavimento	Ausência de lixos ou outros resíduos sólidos visíveis (papeis, embalagens ou outros detritos) depositados no chão;  Não existência obvia de areias ou pós no pavimento.  Pavimento sem marcas, manchas ou áreas com resíduos aderentes



		Superfície lavada de forma homogênea, devendo o pavimento ficar não escorregadio e visivelmente seco
4.9	Desinfecção de recipientes do lixo	Os recipientes do lixo deverão encontrar-se higienizados / desinfetados, não possuindo quaisquer manchas ou sujidades no seu interior e exterior.
4.10	Limpeza das paredes e divisórias	Não existência de pó, manchas, dedadas, outros resíduos incrustados ou sujidades obvias;  Não existência de escritos, desenhos ou outras marcas resultantes de caneta ou outras tintas possíveis de remoção.
<b>5. Especificações para Limpeza após obras e intervenções técnicas</b> <b>(a executar quando necessário)</b>		
5.1	Limpeza de Fim de Obras e outras intervenções técnicas	O estabelecimento deve apresentar um estado de limpeza que se assemelhe ao seu estado original, não contendo lixos, resíduos ou sujidades suscetíveis de remoção;  Remoção e encaminhamento para tratamento adequado de todos os materiais pós-obra  Abrange, designadamente, a limpeza subsequente a operações de desratização, desbaratização ou outras intervenções sanitárias, assegurando a eliminação de resíduos, armadilhas, embalagens, pó ou vestígios deixados pelas equipas técnicas responsáveis por esses serviços.



### III) LIMPEZA PERIÓDICA PROFUNDA

Principais Características		Resultados
<b>1. Serviços de limpeza de envidraçados interiores e exteriores, consistindo na limpeza interior e exterior de superfícies vidradas</b>		
1.1	Limpeza Interior e Exterior de Vidros	Garantir a remoção de sujidade, manchas, salpicos, marcas de água ou pó acumulado, resíduos sólidos ou outros vestígios de sujidade. Não existência de dedadas, manchas ou qualquer marca de contraste nos vidros e envidraçados interiores e exteriores.

### IV) LIMPEZA PERMANENTE (PIQUETE)

Principais Características		Resultados
<b>1. Serviços de limpeza permanente e contínua, assegurada por recursos humanos destacados em permanência nas instalações da entidade adjudicante, com a função de executar, mediante solicitação ou por sua iniciativa, intervenções de limpeza que se revelem necessárias no decurso da atividade diária</b>		
1.1 Execução de tarefas incluídas nos serviços de limpeza programada regular ou de limpeza programada profunda, em qualquer área e com o mesmo nível de exigência técnica, sempre que a entidade adjudicante identifique que não foram executadas, foram insuficientemente realizadas ou são necessárias em momento ou local não abrangido pela programação;		
1.2 Resposta a situações pontuais ou excecionais, como ocorrências imprevistas, necessidades urgentes de higienização ou reforço temporário de limpeza;		
1.3 Quaisquer intervenções complementares que se insiram no âmbito dos serviços de limpeza adjudicados, desde que dentro dos limites técnicos e materiais disponíveis, cabendo exclusivamente à entidade adjudicante a definição das tarefas a executar, mediante instrução direta ou inclusão no plano diário ou noutro documento que venha a ser acordado.		

